

AMAMENTAÇÃO: UM HÍBRIDO NATUREZA-CULTURA. João Aprígio Guerra de Almeida. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 1999. 120 pp.
ISBN: 85-85239-17-4

Nas últimas décadas, a sociedade ocidental tem empreendido esforços no sentido de recriar a cultura da amamentação, tendo como foco principal a instituição desse hábito para as mulheres.

No cenário da produção de saúde e do conhecimento, a década de 90 é marcadamente o período em que ocorrem as mais importantes mudanças das lentes pelas quais os profissionais passam a enxergar o aleitamento materno.

A singularidade desse processo desperta aos olhos de alguns a necessidade da compreensão de sua complexidade.

O olhar atento às interfaces que compõem a ação de amamentar descortina elementos biológicos ditados pela natureza, mas apontam muitos outros que emergem das relações e dos contextos sociais, bem como do universo subjetivo da mulher que amamenta.

De uma forma objetiva e densa, João Aprígio Guerra de Almeida expõe as questões mais importantes da construção cultural do ideário social e discursivo da amamentação e, passo a passo, os desconstrói, desnudando as relações complexas de natureza social, econômica e política que nos legaram o atual estado-da-arte da prática de amamentação.

Pautado em um sólido conhecimento científico sobre este fenômeno e sendo um dos mais importantes personagens propositores de política de aleitamento materno no País, o autor abraça e articula uma nova perspectiva sobre amamentação, que dá visibilidade à complexidade envolvida no processo de amamentar.

Cientista sério e comprometido, expressa a sensibilidade do profissional que tem legítimo interesse em ofertar sua contribuição para a melhoria da qualidade de atendimento e assistência em amamentação. Revela a mente questionadora ao buscar respostas que não tem encontrado em laboratórios nem na bioquímica do leite humano. Busca identificar e compreender as interfaces do comportamento humano e seus impulsos no que diz respeito ao fenômeno amamentação.

Para tanto, o autor toma como referencial de análise e compreensão do seu objeto os pressupostos de Bruno Latour, cujos fundamentos explicam os fenômenos como híbridos construídos a partir da tecelagem entre os domínios da natureza e da cultura.

O tema é apresentado em quatro capítulos, sendo o primeiro *Amamentação: A relação entre o biológico e o social*, em que o autor discute o aleitamento materno enquanto objeto social apropriado por diferentes segmentos e interesses da sociedade. Desmistifica a essência biológica da dádiva leite humano/aleitamento e descortina a construção sócio-cultural do proces-

so de amamentar como “*ato regulável pela sociedade*”, decodificado prioritariamente pela ciência como fenômeno biológico e modulado por interesses econômicos, políticos e técnicos, como fato social (p. 15).

Ao discorrer sobre o estado-da-arte dos movimentos pró-amamentação e o referencial técnico-científico e político, que dá sustentação às ações diretas para esses programas, o autor defende a leitura do seu objeto de interesse, o “*paradigma da amamentação*” como uma categoria híbrida, enleada pelos elementos da natureza e da cultura em que estes não são excludentes, mas fios da mesma trama social.

O segundo capítulo traz a história e a análise do desenvolvimento, implementação e resultado das ações em favor da amamentação a partir da década de 80 e os seus desdobramentos, sendo a análise desse período precedida por uma construção crítica da trajetória social da prática da amamentação, em que o autor identifica sua gênese e a dos elementos constituintes da visão e construção social do aleitamento, do desmame e do papel social da nutriz, desde o período da colonização do Brasil. Ainda, aponta as intencionalidades nas ações e comportamentos dos atores sociais que fizeram do fenômeno aleitamento uma moeda cambiável, sejam estes os do período colonial, que vendiam ou alugavam as negras amas-de-leite, ou, mais recentemente, os agentes dos produtos industrializados, que construíram o cenário desolador para a saúde materno-infantil, justificando a expansão e interesses econômicos no conceito da modernidade e cientificidade social.

Na mesma lógica, que busca no cientificismo e na dimensão biológica a sustentação para as ações pró-amamentação, é que, entre as décadas de 70 e 80, busca-se o resgate da ação de amamentar. Entretanto, a década de 90 caracteriza-se pelos questionamentos e pela produção de um conhecimento que coloca a mulher no centro do fenômeno da amamentação. Os resultados devem ainda ser aceitos, apreendidos, incorporados e apropriados pelos profissionais, com o objetivo de promover a amamentação e apoiar a mulher nesse processo.

Lançar um novo olhar sobre o aleitamento materno, enquanto objeto de estudo, de assistência e de propostas políticas para promoção social, exige também um exercício da compreensão de como se dá a relação da produção do leite humano e o ato de amamentar.

São essas as pedras ou fios fundamentais da trama híbrida que o autor lança em discussão e análise. A importância deste ensaio reside na competência do autor em traçar as interfaces sem reduzir o leite humano ao campo biológico nem exilar as ações maternas ao contexto puramente social na perspectiva e relação simplista de causa e efeito.

É assim que, no terceiro capítulo, *A rede sociobiológica desenhada pelo leite humano*, o autor trata das inter-relações estabelecidas pelos domínios biológi-

cos e fisiológicos do leite humano e mamas, sentimentos, perspectivas maternas e o universo subjetivo do processo de amamentar.

Discorre sobre os atributos do leite humano, sua composição, dinâmica e elementos envolvidos na produção. Tece estes junto aos fios da cultura, das condições biológicas e contextuais maternas, que imprimem a singularidade do leite que cada mulher produz para seu filho, acenando para as necessidades de se ater a uma nova perspectiva sobre o fenômeno, aqui compreendido como sócio-biológico.

Nesse sentido, constrói um modelo explicativo do fenômeno híbrido, indicando as possibilidades de intervenção efetiva para atuação profissional, política e social. Também desmistifica as fundamentações científicas dos fabricantes de leites modificados, que buscam na relação simplista, porém complexa, entre a composição do leite humano e a fisiologia do bebê as sustentações da expansão do mercado e razão de oportunidade desses produtos.

Por fim, no quarto capítulo, destaca o importante papel que os bancos de leite humano têm desempenhado no cenário da amamentação, apresentando a trajetória histórica e política dos bancos de leite, trazendo à tona aspectos inusitados sobre a criação e funcionamento dessas instituições.

Em pleno processo de valorização e expansão dos leites modificados e incremento da cultura do aleitamento artificial, os bancos de leite *“foram concebidos e instituídos como uma alternativa moderna e segura para a secular figura da ama-de-leite”* (p. 93) e surgiram com o propósito de realizar o atendimento a crianças que dependiam excepcionalmente do leite humano como recurso terapêutico.

O modelo médico vigente na época não dava conta de resolver as questões mais simples do processo de amamentar, buscando nas amas-de-leite e, posteriormente, nos leites modificados, as alternativas mais práticas e seguras de alimentar as crianças saudáveis. Para isso, o autor enfatiza a denominação de *“desmame comerciográfico”*. Os conceitos de puericultura da época criaram o estranho paradoxo da desnecessária valorização da amamentação para recém-nascidos saudáveis, mas a soberana importância do leite humano em casos considerados como emergências especiais.

Na rede que se estabeleceu, configurando os serviços prestados pelos bancos de leite, destaca-se o Banco de Leite do Instituto Fernandes Figueira, da Fundação Oswaldo Cruz (BLH-IFF/FIOCRUZ), sendo este a primeira unidade operacional criada no País, em 1943.

Utilizando a fonte documental da instituição, o autor revela dados interessantes sobre o perfil das doadoras e da clientela receptora, circulação de volume de leite coletado e distribuído, além de uma análise sobre a dinâmica de funcionamento técnico e político do BLH-IFF/FIOCRUZ, incluindo os programas de estímulo à doação implementados pela instituição.

A segunda metade da década de 80 marca o início de um novo modelo de funcionamento para os bancos de leite humano.

A mobilização social pró-amamentação propicia uma análise do papel dessas instituições, donde, segundo o autor, *“concluiu-se que a estrutura operacional dos bancos de leite em funcionamento oferecia riscos à saúde dos receptores de seus produtos; que a grande maioria funcionava como elemento de desestímulo à prática da amamentação; que não se dispunha de uma legislação capaz de normalizar uma experiência piloto em busca de alternativas para reverter essa realidade”* (p. 104).

A mudança desse perfil contemplou ajustes e reformulações em todas as dimensões técnico-operacionais, objetivando, como finalidade última, a transformação dos bancos de leite em instrumentos de incentivo ao aleitamento materno, em que o objetivo principal passa a ser a preservação da possibilidade e oportunidade das mães amamentarem seus filhos, sendo a coleta, o processamento e a distribuição do leite atividades secundárias. Ao contrário do que ocorria no princípio, a mãe/mulher/nutriz e seu filho passam a ser objeto de atenção.

Tendo esse modelo como estrutura e meta, os bancos de leite, hoje, constituem uma rede de serviços à saúde materno-infantil em que, ao lado do crescimento numérico na última década, denota-se o aprimoramento da qualificação dos modelos assistenciais e dos profissionais.

Apesar dos revezes econômicos e políticos, o modelo adotado para o funcionamento das unidades que formam a Rede Nacional de Bancos de Leite Humano, cujo desenvolvimento deve-se em grande parte ao autor desse livro, constitui uma força evidente e representativa de um movimento concreto de incentivo ao aleitamento, que é reconhecida internacionalmente.

Os objetivos da Rede Nacional de Bancos de Leite Humano, listados nesse capítulo, demonstram mais do que compreensão e preocupação em assegurar qualidade de serviço. Retratam uma clara política de assistência e acolhimento à saúde materna e infantil. Seria muita pretensão e engano objetivar, em poucas linhas ou laudas, a riqueza de dados, informações, conhecimentos que este livro contém e que pode ser apreendida pelo leitor.

Fica claro que o grande mérito desta obra é colocar em pauta o fenômeno amamentação visto de uma perspectiva que amplia e dá visibilidade à complexidade em que ele se sustenta.

Segundo Latour (1994:9), *“qualquer que seja a etiqueta, a questão é sempre a de reatar o nó górdio atravessando, tantas vezes quantas forem necessárias, o corte que separa os conhecimentos exatos e o exercício do poder, digamos a natureza e a cultura”*.

Dessa forma, ainda pela perspectiva de Latour, João Aprígio nos mostra como apreender o tema alei-

tamento materno, a partir de categorias como fatos, poder e discurso, e conseguir compreender a rede híbrida que esses elementos configuram na trama social, ao que Latour poderia concluir que “*não são nem objetivas, nem sociais, nem efeitos de discurso, sendo ao mesmo tempo reais, e coletivas, e discursivas*” (Latour, 1994:12).

Isilia Aparecida da Silva
Departamento de Enfermagem Materno-infantil e Psiquiátrica,
Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo
Núcleo de Pesquisas em Aleitamento Materno,
Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo

LATOUR, B., 1994. *Jamais Fomos Modernos: Ensaio de Antropologia Simétrica*. Rio de Janeiro: 34 Literatura.

QUALIDADE DE VIDA E RISCOS AMBIENTAIS.
Selene Herculano, Marcelo Firpo de Souza Porto & Carlos Machado de Freitas (org.). Rio de Janeiro, EdUFF, 2000. 334 pp.

ISBN: 85-228-0300-5

Trata-se de uma coletânea de trabalhos apresentados em outubro de 1996 no Seminário Internacional sobre Qualidade de Vida e Riscos Ambientais. Este Seminário foi organizado pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais e o Laboratório de Estudos de Cidadania, Territorialidade e Ambiente, ambos da Universidade Federal Fluminense, além do Centro de Estudos de Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana (CESTEH) da Fundação Oswaldo Cruz. O seminário teve, segundo os seus organizadores, como objetivos principais: (a) examinar e questionar a assumida diferença de pautas ambientais entre os países do norte e do sul, ou seja, países industrializados/desenvolvidos e países em desenvolvimento; (b) enfatizar a integração da temática ambiental à social, dentro da proposta do conceito de qualidade de vida.

Após uma apresentação da proposta do livro, realizada por Selene Herculano, e uma introdução, assinada por esta autora e também por Carlos Machado de Freitas e Marcelo Firpo de Souza Porto, o leitor tem à sua disposição 13 textos divididos em quatro partes, a saber:

Qualidade de vida, riscos ambientais e sustentabilidade: Em busca de um quadro teórico

Esta parte é iniciada pelo texto *Sociologia ambiental, qualidade ambiental e qualidade de vida: Algumas observações teóricas*, de Frederick H. Buttel. Nesse texto, Buttel discute os motivos pelos quais as contribuições aos estudos sobre qualidade de vida pela sociologia ambiental norte-americana não foram muito significativas. A seguir, critica a postura da sociologia clássica em relação a outras disciplinas competidoras e a pouca importância que foi dada à temática dos problemas ambientais. Comenta também a importância da teoria da sociedade de risco e da modernização reflexiva na conceitualização dos processos de qualidade de vida. Após uma discussão sobre os novos papéis para a sociologia ambiental na contribuição para a qualidade de vida humana, conclui, enfa-

tizando, entre outros, o papel do ambientalismo do cidadão, onde explicita que devemos reconhecer: os processos existentes de melhora ambiental e compreender se estes podem ser construídos e ampliados, bem como em que condições isso ocorreria; os microprocessos tanto quanto as macroestratégias de melhora ambiental; o fato de que devemos ser respeitosos, mas também construtivamente críticos em relação aos movimentos ambientalistas; a necessidade de desenvolvermos melhor compreensão das oportunidades sociais para combinar melhoras de padrões de vida com a melhora ambiental.

O segundo texto foi escrito por Henri Acselrad e tem como título *Sustentabilidade e território*. Inicia uma discussão sobre meio ambiente e território nas ciências sociais, na qual, em uma análise do meio ambiente em quadros conceituais não determinísticos, identifica cinco frentes de discussão: superar a visão estritamente material do meio ambiente, privilegiando a relação de sujeitos entre si e de culturas entre si, quando estes sujeitos/culturas são externos a outros sujeitos e culturas; desnaturalizar o meio ambiente, assinalando que identificar o mesmo à idéia de natureza significa subtrair o que é exterior aos sujeitos, à ação histórica e simbólica dos homens; debater a questão ambiental considerando suas determinações sociais, históricas e culturais e também refletir sobre o conjunto das práticas de poder sobre recursos territorializados; criticar a sociologia do meio ambiente quando considerada como subdisciplina da sociologia das técnicas; liberar a problemática ecológica dos limites do paradigma da escassez, criticando a matriz malthusiana presente no moderno pensamento ecológico. A seguir, discute a relação da sustentabilidade com contextos sócio-políticos e a luta simbólica. Realiza um mapeamento das principais matrizes discursivas associadas à noção de sustentabilidade: eficiência, escala, equidade, auto-suficiência e ética. Analisa o meio ambiente como capital, o individualismo possessivo, a reafirmação de uma sociedade de mercado possessivo, a articulação entre direito possessivo e conservação social e apresenta a degradação ambiental como um desvio de finalidade do capital.

O terceiro texto é *A técnica e os riscos da modernidade segundo Heidegger*, de Franz Josef Bruseke. Em sua análise são utilizadas 21 referências de Heidegger que apóiam a discussão, como o próprio título indica, de questões relacionadas à técnica – definindo-a como uma maneira de “desocultamento” –, materialização, homogeneização, funcionalidade, polarização entre sujeito e objeto, cálculo, vontade, imposição e dominação, fabricação e manuseio, consumo e substituição, o ser como depósito e a destruição do ser. Apresenta, também, à luz do pensamento de Heidegger, uma crítica às ciências modernas e discute, entre outros aspectos, a superação da técnica, o perigo máximo, e a relação da técnica com a ética.

O quarto texto, *Reavaliando o consumo: Uma crítica às premissas da gestão ambiental*, é de autoria de Michael Redclift, que descreve um diagrama representando os usos do ambiente pelas sociedades humanas (tomada, acréscimo e reprodução) e aponta que a gestão ambiental preocupa-se em administrar as contradições inerentes à combinação dos usos aos quais o ambiente é submetido. Na relação entre discurso e gestão ambiental, enfatiza que a natureza é colocada “*separada de nós*”, como se desempenhasse

funções para nós, sendo confusa a incerteza que caracteriza as questões ambientais (*limitações do que sabemos sobre a natureza e as limitações da ciência com a qual exploramos e compreendemos a natureza*). Crítica o modelo econômico convencional, porque nele não haveria espaço para uma experiência social genuína. Existiria um modelo de comportamento humano que consagraria uma definição dominante de racionalidade e que este modelo seria, por fim, etnocêntrico. A seguir, apoiado por autores como Bourdieu, analisa a metabolização da natureza, bem como a concretização e o distanciamento, apresentado um segundo diagrama que representa o universo do discurso, incluindo o conhecimento fenomenológico, domínio no qual ocorrem as argumentações e onde as opiniões são formadas. Entre suas conclusões, ressalta que: “os processos materiais que regulam a produção de rejeitos e a capacidade dos sumidouros naturais de absorverem esses rejeitos estão ligados às suas representações ideológicas. Raramente questionamos essas representações, uma vez que elas são ‘naturais’”.

Riscos, acidentes e desastres

Esta segunda parte inclui três artigos sobre riscos, acidentes e desastres. No primeiro, Carlos Machado de Freitas discute o tema *Acidentes químicos ampliados, vulnerabilidade social e planejamento de emergências*. Freitas inicia seu texto com uma apresentação das características dos riscos de acidentes químicos industriais, destacando seus efeitos agudos e crônicos, além da multiplicidade dos seus danos sociais, ambientais e para a saúde. A seguir, discute aspectos relacionados ao agravamento destes eventos pela vulnerabilidade social, enfocando o modelo de desenvolvimento econômico e social, que conferem diferentes níveis de risco para as populações. Estas questões, mais direcionadas com aspectos da vulnerabilidade social, ficam explícitas por meio de uma experiência do autor com o estudo de um acidente causado por uma indústria no Município de Belford Roxo, Estado do Rio de Janeiro. Termina o texto discutindo o planejamento de emergências nestes contextos de vulnerabilidade social, enfatizando que estas devem envolver o esforço para mitigar as conseqüências sobre a saúde das pessoas e o meio ambiente através da participação de inúmeros atores, notadamente os trabalhadores e as comunidades vizinhas.

O segundo texto dessa parte foi escrito por Marcelo Firpo de Souza Porto, sob o título *Considerações sobre a dinâmica de regulação dos riscos industriais e a vulnerabilidade da sociedade brasileira*. Em uma abordagem inicial sobre os riscos industriais enquanto expressão dos conflitos ecológicos e de saúde, cita que esses conflitos podem ser apreendidos através de seu caráter sócio-político, econômico, ecológico e de saúde. Apresenta as fases em que podem ser analisados os riscos industriais: fase estrutural, fase operacional e fase das conseqüências, discutindo as implicações na prevenção estrutural da produção industrial, os movimentos econômicos de transformação e ajuste.

Na apresentação dos principais atores sociais envolvidos na regulação dos riscos industriais, explícita o papel do Estado, dos trabalhadores (na fábrica, na relação sindicato/empresa, no nível do Estado e de

suas instituições reguladoras), dos moradores e grupos ambientalistas, o papel das empresas, citadas, muito oportunamente por Porto, como “criadores de riscos” e o papel das corporações teórico-científicas. Depois, volta às fases citadas anteriormente (estrutural, operacional e das conseqüências) para discutir a regulação dos riscos industriais, seus movimentos e processos decisórios, finalizando com uma avaliação dos mecanismos de atenuação.

O terceiro texto, de Enrico L. Quarantelli, aborda os *Principais critérios para avaliar o planejamento de emergência e a gestão de desastres e sua aplicabilidade nas sociedades em desenvolvimento*. Apresenta, na primeira parte, os aspectos mais relevantes sobre o tema e uma lista de referências bibliográficas para os leitores. Quanto ao planejamento do desastre, cita: 1) a importância do processo de planejamento, em vez de procedimentos como a geração de um documento, incluindo uma lista de 11 itens para o planejamento de prontidão para desastres; 2) o reconhecimento de que os desastres diferem das emergências e crises de menor porte do dia-a-dia, exemplificando as drásticas alterações dos padrões de desempenho estabelecidos para as empresas durante um desastre; 3) a necessidade de ser genérico, e não específico; 4) a importância da coordenação de recursos emergentes, e não em um modelo de comando e controle. Outros itens enfocam os princípios gerais, a preocupação com o que tem probabilidade de ocorrer, a necessidade de integração vertical e horizontal, o empenho em se estabelecer as ações adequadas por intermédio da previsão dos possíveis problemas e de suas soluções, o uso do melhor conhecimento da ciência social em vez de mitos e falsas concepções, e o reconhecimento de que o planejamento do desastre para o momento da crise e a gestão do desastre são processos separados. Finalmente, termina o texto apresentando as diretrizes da gestão de desastre e a transferência de tecnologia social de sociedades desenvolvidas para sociedades em desenvolvimento.

Desafios para a mensuração e o gerenciamento da qualidade de vida

No primeiro texto, Selene Herculano discute *A qualidade de vida e seus Indicadores*, no qual apresenta uma reflexão sobre três linhas relacionadas à qualidade de vida e indicadores de sustentabilidade. Em sua definição sobre qualidade de vida, busca apoio de autores como Amartya Sen, Allardt e Erikson. Cita que a avaliação da qualidade de vida de uma população vem sendo proposta, em primeiro lugar, examinando-se os recursos disponíveis e a capacidade efetiva de um grupo social para satisfazer as suas necessidades. Uma segunda forma seria avaliar as necessidades pelo grau de satisfação e pelos patamares desejados. Após uma avaliação crítica da interpretação e do uso dos indicadores sobre qualidade de vida, a autora propõe novos indicadores ambientais e um índice de qualidade de vida. Comenta, ainda, a necessidade de índices locais e termina discutindo sobre a dimensão ética da qualidade da vida.

Pedro Jacobi é o autor do segundo texto dessa parte, intitulado *Problemas ambientais em São Paulo: O desafio da co-responsabilidade e da gerência inovadora na crise*. Começa apontando os problemas rela-

cionados à urbanização e seus reflexos sobre a qualidade de vida da população. Ao utilizar o exemplo da crise ambiental de São Paulo, entre algumas questões, cita: a redução de áreas verdes; a falta de medidas práticas e políticas para controlar a poluição; a necessidade de uma ampliação da rede do metrô e outras alternativas de transporte; a contaminação de mananciais; a exaustão de alternativas convencionais para o despejo do lixo tóxico e contaminação do solo pelo chorume. Adiante, explicita os problemas relacionados com resíduos sólidos, poluição do ar, água e saneamento, e enchentes. Após uma análise sobre a percepção dos riscos ambientais pelas populações residentes, descreve o desafio da sustentabilidade urbana, enfatizando questões como justiça social, qualidade de vida, equilíbrio ambiental e necessidade de desenvolvimento.

Possibilidade e limites para o desenvolvimento de políticas ambientais

São quatro textos, sendo o primeiro de Arthur Mol sobre *A globalização e a mudança dos modelos de controle de poluição industrial: A teoria da modernização ecológica*. Citando autores como Antony Giddens, Ulrich Beck e Zygmunt Bauman, o autor identifica a relação da questão ambiental com os processos de globalização e a mudança global. Em suas considerações sobre a reestruturação ecológica nos países industrializados, mostra que a teoria da modernização ecológica (já comentada na parte inicial do livro) apresenta como características: democracia, consciência ecológica, ONGs ambientalistas bem organizadas, sistema de monitoramento eficaz, economia de mercado, Estado legítimo e intervencionista, organizações de mediação e experiência, bem como tradição nas negociações políticas. Quanto às sociedades em desenvolvimento, avalia, entre outros aspectos, não ser possível afirmar que os modelos de reforma ecológica das sociedades industriais sejam estruturas definitivas para as economias desses países.

Julia S. Guivant é responsável pelo segundo texto, que aborda a *Reflexividade na sociedade de risco: Conflitos entre leigos e peritos sobre os agrotóxicos*. No seu comentário sobre os riscos dos agrotóxicos, avalia que dois problemas tendem a ser mencionados: a tendência ao uso excessivo e a exposição descuidada aos riscos. Comenta que os agricultores possuem sua própria percepção dos riscos e que existem conflitos e tensões entre leigos e peritos, causados pela forma como é feita a comunicação dos riscos. Depois, critica também o modelo de estimação de risco da ciência, utilizando-se dos seguintes problemas: como se denominam os efeitos colaterais de um determinado produto químico e, em segundo lugar, o fato de que os riscos não só emergem como acidentes ou efeitos colaterais como também podem estar mascarados nos níveis de aceitabilidade.

O próximo texto é de autoria de Eduardo Viola e versa sobre *Globalização e sustentabilidade nas políticas públicas federais no Brasil*. Começa apontando características da globalização da política ambiental mencionando: a transnacionalização dos atores nacionais da política ambiental; a concepção transnacionalizada da pauta ambiental; o efeito multiplicador da aceleração da globalização econômica, políti-

ca e cultural sobre a globalização ambiental; a expansão de organizações não governamentais internacionais; e a preocupação com questões de governabilidade global. Explica que as sociedades nacionais tendem a se dividir em cinco forças geopolíticas relevantes: globalistas-conservadores ou neoliberais; globalistas-progressistas ou globalistas; globalistas-sustentabilistas ou verdes; nacionalistas e os radicais. A seguir, analisa o primeiro governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (globalização dos parâmetros macroeconômicos e secundarismo/disseminação lenta da sustentabilidade nas políticas públicas).

O último texto é de Ulisses Confalonieri sobre *Qualidade de vida e controle dos riscos para a saúde: O caso das mudanças ambientais globais*, que são definidas no texto como “aquelas que ocorrem a nível global e afetam o sistema global total ou ocorrem a nível local ou regional mas têm conseqüências para o sistema global total”. Para análise destas questões, Confalonieri reconhece o encadeamento de eventos que fazem parte de uma adaptação feita por esse autor da matriz de indicadores proposta pela Organização Mundial da Saúde (forças propulsoras, pressões e pontos finais ambientais). Adiante, citando Kempton, Read et al., Bloom e McDaniels et al., discute a percepção dos riscos causados pelas mudanças globais, incluindo também um inquérito realizado no Brasil pelo Ministério do Meio Ambiente, que envolveu duas mil pessoas. Explicita o caso dos eventos climáticos extremos, enfatizando questões como impactos na morbidade, danos materiais e perdas de vida, frequência de episódios em nível global e no Brasil. Na abordagem para o controle de riscos, entre outras medidas, apresenta: modificações tecnológicas, melhoria na previsão do tempo, redução da vulnerabilidade das populações, avaliação de impactos na saúde, organização da defesa civil e metodologias para melhor comunicar riscos.

O leitor pode observar, por este relato, que se trata de um livro de elevada qualidade e que aporta informações indispensáveis para as pessoas interessadas no estudo da qualidade de vida e dos riscos ambientais. Desculpamo-nos antecipadamente porque qualquer tentativa de apresentar um livro repleto de diferentes abordagens sobre o tema estudado é sempre passível de ser incompleta. Possivelmente, muitas contribuições dos autores estão ausentes em nossa breve descrição.

É importante comentar que também as coletâneas de textos baseadas em eventos científicos não têm a pretensão de esgotar o tema abordado e, dependendo da ótica de cada leitor, algumas questões podem não ter sido contempladas. Para citar um exemplo, na nossa opinião, a saúde é incluída de forma tímida em alguns dos textos e poderia ser mais explorada. A definição da qualidade de vida que consta na apresentação do livro poderia incluir a saúde entre os itens que deveriam ser assegurados para a população: uma pessoa pode ter água e ar limpos, acesso igual aos equipamentos coletivos urbanos, hígidez ambiental, alimentos saudáveis e disponibilidade de espaços naturais amenos urbanos e, mesmo assim, não possuir um bom padrão de saúde.

Todavia, gostaríamos de enfatizar que se trata de excelente livro, o qual apresenta, de forma didática, uma análise aprofundada dos temas abordados. Deve ser recomendado como leitura de apoio para os

cursos de pós-graduação em ciências ambientais e saúde coletiva, notadamente para aqueles que estudam a relação entre o ambiente e a qualidade de vida das pessoas.

Volney Câmara
Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva, Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Rio de Janeiro

DOENÇA DE CHAGAS – MANUAL PARA EXPERIMENTAÇÃO ANIMAL. Tânia C. Araújo-Jorge & Solange Lisboa de Castro (org.). Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2000. 368 pp.

ISBN: 85-85676-75-2

Há quase cem anos a pesquisa experimental em doença de Chagas, feita inicialmente em Manguinhos, permitiu o rápido conhecimento sobre o ciclo evolutivo do *Trypanosoma cruzi* e a compreensão inicial do quadro clínico observado em pacientes.

Pode-se medir o sucesso dos experimentos com *T. cruzi* em animais, realizados a partir de 1909, através do conhecimento sobre o ciclo do parasito e seus animais reservatórios registrado nas expedições científicas do Instituto Oswaldo Cruz. Um bom exemplo é o relatório de expedição de Belisário Pena e Artur Neiva, de 1912, pelos Estados da Bahia, Pernambuco, Piauí e Goiás, poucos anos após a descoberta de Carlos Chagas. Os dois pesquisadores descrevem nesse relatório animais silvestres como reservatórios de *T. cruzi*, baseados em experimentos laboratoriais, advertindo sobre sua proximidade com habitações humanas e riscos de transmissão.

Entre a literatura publicada acerca do assunto, esse livro é o estado-da-arte sobre experimentação animal na infecção chagásica. As organizadoras procuraram trazer a competência e a longa experiência de pesquisadores reconhecidos nessa área e somá-las às contribuições de alunos de pós-graduação, vividas no dia-a-dia de seus laboratórios.

O manual estruturou-se como leitura agradável e bem editada, com capítulos curtos e objetivos. Divide-se em duas partes, sendo a primeira mais conceitual, fruto da experiência dos autores de cada capítulo. Na segunda, que toma dois terços do livro, discorre sobre protocolos e métodos de trabalho experimentais em doença de Chagas.

Há uma seção, na segunda parte, dedicada às principais espécies, silvestres ou selecionadas em biotérios, usadas nos experimentos animais. Discorre sobre os animais mais comumente usados, desde as experiências pioneiras de Oswaldo Cruz e Carlos Chagas feitas em sagüis do gênero *Callitrix* até os cães e macacos de Francisco Laranja.

Em seguida, as organizadoras trazem a experiência de cientistas no desenho do trabalho experimental. Aqui, deve-se ressaltar o critério usado no passo-a-passo da escolha do modelo animal, baseado no conhecimento da relação parasito-hospedeiro. Esta parte é central na organização deste manual.

Sabem os sanitaristas, mesmo aqueles distantes do laboratório experimental, que a criatividade e competência de Oswaldo Cruz implantaram as bases da saúde pública no Brasil. Ao seu pioneirismo devem-se os princípios da medicina experimental no país, a pesquisa básica, as expedições científicas pelo

interior do país, a divulgação da ciência por meio de participação em exposições e criação de coleções científicas. Essas atividades geraram os fundamentos do museu que se tornaria a Casa de Oswaldo Cruz.

O livro termina com apresentação de alguns anexos, tão importantes que poderiam, por si, compor um outro volume. Tratam dos princípios, normas e legislação para experimentação animal, riscos biológicos com experimentos envolvendo *T. cruzi* e a legislação sobre uso de animais de laboratório. Muito se critica sobre o uso de animais em experimentos de laboratório, mas até que novas metodologias e desenhos experimentais possam substituí-los, ainda são imprescindíveis, especialmente quando se tratam de infecções parasitárias de distribuição por regiões pobres e que, por circunstâncias diversas, chamam pouca atenção de pesquisadores. Não é o caso da doença de Chagas e das tripanosomíases em geral, cujos maiores especialistas encontram-se tanto nos países afetados como nos grandes centros de pesquisa da América do Norte e da Europa. Entretanto, é preciso notar que a perspectiva de decreto sobre o fim da transmissão por *Triatoma infestans* pode causar algum decréscimo no investimento da pesquisa, sobretudo quando ainda existem bolsões de transmissão por outras espécies, como *T. brasiliensis*, em regiões distantes, mas muito populosas do Nordeste brasileiro.

Este manual é muito bem-vindo. Não será encontrado apenas nas bibliotecas; recomenda-se a sua presença na estante de cada laboratório de parasitologia, mesmo que este não seja dedicado à doença de Chagas, pois a publicação será de muita utilidade.

Adauto J. Gonçalves de Araújo
Departamento de Endemias Samuel Pessoa,
Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz

O NERVO CALA, O NERVO FALA: A LINGUAGEM DA DOENÇA. Maria Lúcia da Silveira. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2000. 124 pp.

ISBN: 85-85676-83-3

“Embucho, aperto na garganta, morte iminente, tremedeira, insônia, medo de morrer, avião roncando dentro da pessoa, dor de cabeça, ruindade por dentro, bola na garganta que sobe e que desce, tristeza profunda, ficar coma cabeça leve, sensação de que a cabeça vai rodando, dormência nos pés e/ou na mãos...”. Entremeados com outros de natureza sócio-relacional, estes são apenas alguns dos componentes daquilo que a autora chama de *“caleidoscópio sintomático”* – que é individual, variável de um paciente para outro, configurando uma grande dificuldade para o estabelecimento de um padrão que defina uma *“crise de nervos”*.

As causas que os pacientes e a comunidade propõem para os *“nervos”*, segundo Maria Lúcia da Silveira, giram em torno de características hereditárias, problemas relacionados aos ciclos femininos, fraqueza constitucional de natureza afetiva, emocional, moral ou física, deficiências alimentares, excesso de problemas materiais ou afetivos, sobrecarga de trabalho físico ou mental, causas religiosas, contágio, inveja, privação sexual feminina...

O nervo cala, o nervo fala tem como temática principal a linguagem da *“doença de nervos”* em Campeche, uma comunidade pesqueira em Florianópolis,

Santa Catarina. Posicionando-se simultaneamente como médica e como antropóloga, a autora procura fornecer alternativa à visão empobrecida, que, com frequência, se esquece da integralidade do fenômeno humano e se apressa em realizar diagnósticos e preservar tratamentos desconectados das dimensões simbólicas dos pacientes.

A problemática dos nervos remete a um domínio fronteiro, no qual se mesclam organismos e relações sociais e em que se encontram reduzidas ao mínimo a pertinência empírica, a capacidade explicativa e a admissibilidade ética de oposições que tradicionalmente vêm reinando tanto na biomedicina como na antropologia. Estas oposições pretendem separar o biológico do social, o físico do mental, o indivíduo da sociedade, a natureza da cultura e o normal do patológico.

Sendo "*os nervos*" um tipo de patologia que afeta majoritariamente as classes populares e as mulheres, o trabalho de campo em que se baseia este estudo privilegiou as narrativas que evidenciam a posição crucial das questões femininas. Neste sentido, a autora introduz uma discussão sobre a relação entre gênero, saúde, violência e "*nervos*", além de apresentar uma reflexão sobre a forma pela qual a biomedicina vem abordando esta problemática. Ao mesmo tem-

po, convida-nos a compreender como os usos popular e médico do diagnóstico e do rótulo de "*nervoso*" constituem uma espécie de apropriação recíproca de saberes.

O texto é um contínuo clamor a favor de que se amenizem as discrepâncias entre o sofrimento real de "*nervos*" apresentados pelas pessoas e os sofrimentos legitimados nos livros e na prática médica. Estes últimos tendem a considerar verossímeis preferentemente aquelas queixas, sinais e sintomas passíveis de serem compreendidas por uma localização orgânica, como alguma disfunção bioquímica ou mecânica.

Por vias de consequência, a autora elege como destinatários não apenas os leitores do domínio especificamente médico, mas também, de modo mais abrangente, os profissionais do universo da saúde. Escolha bem compreensível, pois as considerações decorrentes dessa pesquisa são igualmente do interesse de enfermeiros, farmacêuticos, psicólogos, assistentes sociais, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais e – provenientes de outra região do conhecimento – daqueles que se dedicam às ciências sociais aplicadas ao campo da saúde.

José Carlos Rodrigues
Departamento de Comunicação Social,
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.